



Lei eleitoral proíbe o uso do recurso para propaganda negativa.

Justiça suspende impulsionamento de Zeca Dirceu contra Mario Frias

Em decisão liminar, o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) determinou que Zeca Dirceu(PT-PR) cesse, em até 24 horas, o impulsionamento pago de um vídeo no Facebook contra Mario Frias(PL-SP). A decisão liminar, do juiz Ronnie Herbert Barros Soares, atende a pedido de Frias, que alegou que a publicação patrocinada associa seu nome e imagem a operação policial, desvio de recursos públicos e prática criminosa. O relator apontou que a legislação eleitoral permite impulsionamento para promover candidatos, mas proíbe o uso do recurso para propaganda negativa. O vídeo poderá continuar circulando de forma orgânica. O Facebook também foi intimado a interromper o impulsionamento em 24 horas, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil, limitada a 30 dias. O TRE-SP ainda analisará o mérito e não avaliou, nesta decisão, a veracidade das afirmações do vídeo.

MP envia dados sobre coronéis à Justiça Militar

O Ministério Público de São Paulo enviou à Justiça Militar informações sobre três coronéis da PM citados na Operação Janus, que investigou operadores financeiros suspeitos de lavar dinheiro para o PCC. São mencionados José Augusto Coutinho, ex-comandante-geral da PM, Luiz Carlos Pereira Martins e um oficial identificado como Patrício. Os três não foram alvos da operação. Documentos apontam contatos e referências aos militares em mensagens e registros dos investigados.



Coronéis não foram alvos da operação, mas aparecem em registros

TRE-SP nega pedido de Tarcísio contra Sâmia...

A Justiça Eleitoral negou pedido liminar de Tarcísio de Freitas(Republicanos) para retirar das redes sociais publicações de Sâmia Bomfim(PSOL) que o associam à intenção de “pregar ideias nazistas e fascistas em sala de aula”. A juíza Claudia Fanucchi, do TRE-SP, considerou que, apesar da gravidade da frase, é preciso analisar se houve informação falsa ou crítica política. A magistrada também citou que as postagens são de 26 de agosto e a ação só foi apresentada em 13 de setembro. O processo seguirá para análise do mérito.

..e nega pedido de Haddad contra deputada de MG

O TRE-SP também negou pedido liminar de Fernando Haddad(PT) e da coligação Desperta São Paulo para retirar publicações do PL e de Alessandra Silva Ribeiro, candidata a deputada estadual em Minas Gerais, das redes sociais. A ação aponta uso de inteligência artificial e informações supostamente falsas ou fora de contexto. O juiz Ronnie Herbert entendeu que é preciso analisar melhor as postagens e ouvir os representados.

Tarcísio sobre o Metrô

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou nesta terça(15), que a “concentração do mercado em poucas empresas pesou na decisão de rever novas privatizações” do Metrô. Segundo ele, a estatal tem apresentado “boa operação”. Tarcísio também defendeu que o Metrô assuma a Linha 17-Ouro, hoje prevista no contrato da ViaMobilidade.

Nota Faesp sobre STF

A Faesp e sindicatos rurais paulistas defenderam transparência, segurança jurídica e respeito ao devido processo legal no julgamento sobre Alexandre de Moraes no STF. Em nota, o presidente da entidade, Tirso Meirelles, afirmou que a estabilidade institucional é necessária para investimentos, planejamento e geração de empregos no país.

Reajuste em contrato

A Secretaria da Administração Penitenciária de SP autorizou reajuste de 3,6% no contrato de coleta e destinação de resíduos do Centro de Progressão Penitenciária Feminino do Butantan. O valor por metro cúbico passa de R\$ 92,60 para R\$ 95,97. O reajuste tem efeito retroativo a 13 de maio de 2026. Custo mensal previsto será de R\$ 17,3 mil.

Violência sexual feita por IA

Projeto de lei do deputado federal Bruno Ganem (Podemos-SP) prevê punição para a criação, posse e divulgação de conteúdo de violência sexual contra crianças e adolescentes produzido por inteligência artificial, mesmo sem envolver vítimas reais. A proposta estabelece pena de três a cinco anos de prisão e multa e inclui a simulação entre os crimes hediondos.

Descontos indevidos INSS

A deputada federal Adriana Ventura (Novo-SP) apresentou requerimento cobrando novas informações do Ministério da Justiça sobre a transferência da equipe responsável pela Operação Sem Desconto, que apura descontos indevidos em benefícios do INSS. Ela afirma que a resposta anterior da Polícia Federal deixou ao menos nove de 12 perguntas sem resposta.

Alagamentos na Zona Leste

O deputado estadual, Donato(PT), apresentou requerimento à Alesp cobrando da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística informações sobre a operação da Barragem da Penha durante as chuvas de 11 de setembro. O parlamentar questiona o fechamento das seis comportas e se a medida teve relação com os alagamentos na Zona Leste da capital.



Derrite (PP) registra a maior arrecadação, com R\$ 6,9 mi. Tebet (PSB), R\$ 6,6 mi.

Derrite e Simone receberam quase R\$7 milhões na disputa ao Senado

Receitas declaradas pelos candidatos ao TSE vão de R\$ 18 mil a R\$ 6,9 milhões

Da **Redação**

As campanhas dos candidatos ao Senado por São Paulo apresentam diferenças de milhões de reais na arrecadação para as eleições de 2026. Dados declarados à Justiça Eleitoral mostram receitas que vão de R\$ 18,3 mil a R\$ 6,9 milhões. As informações constam no DivulgaCandContas, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Entre os valores declarados, Guilherme Derrite (PP) registra a maior arrecadação, com R\$ 6.906.140,01. Na sequência aparece Simone Tebet (PSB), que soma R\$ 6,6 milhões. Geraldo Rufino (Podemos) contabiliza R\$ 6.055.333,34, enquanto André do Prado (PL) tem R\$ 6 milhões. Assim, quatro campanhas paulistas já ultrapassaram a marca de R\$ 6 milhões em recursos recebidos.

O limite de gastos para uma candidatura ao Senado por São Paulo em 2026 é de R\$ 7.115.522,46. Derrite, portanto, já arrecadou valor equivalente a aproximadamente 97% desse teto. A comparação, porém, não significa que a campanha tenha utilizado esse montante: o limite estabelecido pela Justiça Eleitoral é aplicado às despesas, e não ao total de recursos que entram na campanha.

Em outro grupo aparecem Ricardo Salles (Novo),

que declarou R\$ 3.658.500, e Marina Silva (Rede), com R\$ 2.891.225,20. A diferença entre a arrecadação registrada por Derrite e a de Marina supera R\$ 4 milhões.

As cifras caem para menos de R\$ 110 mil entre as candidaturas com menor volume de recursos. Weller Gonçalves (PSTU) declarou R\$ 107 mil, enquanto Dra. Eliana Ferreira (PSTU) informou R\$ 87.647,50. Guto Schiavetto (Missão) registra R\$ 28.159.

Na parte inferior da relação estão Máira de Souza (UP), com R\$ 19.778,56, e Marcio Alves (UP), com R\$ 18.344,18. A diferença entre os valores registrados por Derrite e Marcio Alves supera R\$ 6,8 milhões.

A prestação parcial de contas considera a movimentação financeira e os recursos estimáveis em dinheiro registrados desde o início da campanha até 8 de setembro. Candidatos e partidos tiveram de encaminhar as informações à Justiça Eleitoral entre os dias 9 e 13 deste mês.

Os valores ainda podem sofrer alterações durante a campanha e não correspondem necessariamente ao total já gasto. O DivulgaCandContas também apresenta a origem das receitas, doadores, fornecedores e despesas declaradas pelas candidaturas.